



V Jornada Brasileira de Sociologia

Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 04 – Ambiente, desenvolvimento e novas ruralidades.

Os cem anos da Sociologia dos Desastres e seus paradigmas.

Os cem anos da Sociologia dos Desastres e seus paradigmas.

Marize Schons¹

Até a primeira metade do século passado, os estudos sobre desastres estiveram bastante conectados com demandas de pesquisas realizadas por instituições do Estado devido ao período de guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) e, posteriormente, a ameaça nuclear em virtude da Guerra Fria. A partir da segunda metade do século XX, influenciados pelo campo da psicologia social, os *Disasters Studies* passaram a desenvolver pesquisas dedicadas ao tema da vulnerabilidade e as dimensões sociais e culturais dos desastres.

O presente trabalho pretende trazer um apanhado geral sobre as duas escolas mais tradicionais dos *Disasters Studies* para entender a abordagem mais contemporânea de pesquisas que propõe desassociar o conceito de *desastre* do evento catastrófico em si. Demonstrando, assim, pesquisas dedicadas a entender os processos em torno da produção de informação sobre desastres, comunicação dos riscos, conhecimento sobre incertezas e governança no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: desastres; Sociologia dos Desastres; incerteza; informação; conhecimento.

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: marizeschons426@gmail.com

Introdução

Até a metade do século passado, os estudos sobre desastres estiveram bastante conectados com demandas de pesquisas realizadas por instituições do Estado devido ao período de guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) e, posteriormente, a ameaça nuclear em virtude da Guerra Fria (Gilbert, 2005). Nessa época, o Tratado de Genebra de 1949 já estabelecia orientações para salvaguarda das vítimas atingidas pelos conflitos.

A partir da segunda metade do século XX, o elemento ambiental fica mais evidente em relação aos desastres e o processo de institucionalização global das questões do meio ambiente em torno dos “problemas ambientais” (Fleury, Almeida, Premebida, 2014) consolidou a redução de risco a desastres como uma pauta política de crescente visibilidade. Em contraposição ao primeiro paradigma, esses pesquisadores, influenciados pelo campo da psicologia social, passaram a desenvolver estudos em torno de tema da vulnerabilidade social, a desigualdade e a adaptação das comunidades em relação ao ambiente que vivem.

Entretanto, ambas as perspectivas mais clássicas (tanto àquelas pesquisas relacionadas aos estudos sobre guerras e ameaças ligadas às questões nucleares, quanto às pesquisas relacionadas ao tema da vulnerabilidade social e nas dimensões sociais dos desastres) sempre estiveram muito dependentes aos eventos catastrófico, proporcionando, assim, pesquisas tradicionalmente baseadas em descrições empíricas.

As pesquisas mais recentes no campo da Sociologia dos Desastres têm buscado análises inovadores ao desassociar o *desastre* da calamidade, e proporcionando a chance de desenvolvimento de pesquisas sobre processos de produção de conhecimento, informação e governança. Dessa forma, esse trabalho pretende trazer um apanhado geral sobre as duas escolas mais tradicionais dos *Disasters Studies* para entender a mais contemporânea abordagem que propõe uma certa abstração do conceito de desastre.

Disasters Research: Os agentes externos e a vulnerabilidade social

Há exatos cem anos, o primeiro trabalho científico sobre desastres fora defendido no Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia em Nova York (EUA). Escrito por Samuel Henry Prince (1917), a tese chamada “Catastrophes and Social Change” dedicou-se a estudar sobre a grande explosão que ocorreu na cidade de Halifax na Nova Escócia (Canadá). Esse evento causado pelo choque de dois navios com um deles carregado de explosivos, consistiu no maior lançamento de energia feito pelo homem até a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki (DAHLBERG, RUBIN, VENDELO, 2005:3).

Nos anos seguintes do século XX, os estudos sobre desastres estiveram bastante conectados com demandas de pesquisas de instituições do estado devido ao período de guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) e, posteriormente, a ameaça nuclear devido a Guerra Fria (GILBERT, 2005). O primeiro paradigma dos estudos sobre o tema em questão considerava que a catástrofe era imputada por um agente externo. Portanto, o conceito desastre tinha similaridade com os eventos de guerra e seus agentes causadores eram *armas e inimigos*.

Muitas pesquisas tiveram subsídio das instituições de governo que estavam interessadas em entender a reação das pessoas diante, por exemplo, um desastre aéreo. Uma abordagem reflete as circunstâncias históricas de outros países além dos Estados Unidos. Uma demanda institucional também presente na França, onde as primeiras pesquisas nesse sentido foram financiadas por agências de segurança e a Defesa Civil, criada durante as duas guerras (GILBERT, 2005).

Uma das principais críticas a essa concepção foi realizada por um dos nomes mais importantes para esse campo de estudos. Vindo da psicologia social, Quaranteli propôs romper com essa interpretação que relacionava mecanicamente fatores destrutivos com reações de pânico na comunidade. Para o autor existia uma certa autonomia nas reações de pessoas diante catástrofes. Essa ruptura foi muito significativa por inaugurar a possibilidade de estudos baseados na análise da comunidade e não apenas nos fatores destrutivos e externos.

Por fora essa demanda institucional, que impulsionou os estudos sobre desastres relacionados a eventos de guerras; as pesquisas sobre desastres naturais eram

desenvolvidas, principalmente, no âmbito da Geografia e tinham como enfoque central os perigos naturais e não exatamente os desastres.

Inspirados pela Ecologia Humana, perspectiva bastante famosa na época pela Escola de Chicago. Apesar de geógrafos, os trabalhos de Gilbert White, Ian Burton e Robert Kates tinham influência da psicologia social. Esses estudos estavam dedicados a entender a relação entre eventos naturais e usos humanos, considerando que a vulnerabilidade era produzida por essa equação. Trabalharam com o conceito de ajustamento, que questiona como indivíduos expostos ao perigo lidam com o ambiente onde que vivem, escolhendo algumas estratégias em relação a outras (WHITE; KATES; BURTON, 2002).

A negligência quanto às dimensões sociais, culturais e coletivas dos contextos estudados são as principais críticas do *Natural Hazard Studies*. Preocupados em responder o que acontece com o sistema social após a manifestação de um desastre e quais as definições sociais de risco. Os pesquisadores do segundo paradigma dos *Disaster Studies* dependiam, fundamentalmente, da investigação empírica diante uma ocorrência de desastres (naturais ou tecnológicos).

Nessa perspectiva, esses eventos são como laboratórios de observação (Relatório LNEC, 2010), a fim de investigar ações coletivas e individuais de recuperação e sua influência nas mudanças sociais. Charles Fritz, Enrico L. Quarantelli, Russel Dynes e Eugene Haas, percursores desse centro, fundaram o *Disaster Research Center* (DRC)², o primeiro núcleo de pesquisa dedicadas a problemática nos anos sessenta (QUARANTELLI, 1986). Nos anos oitenta, o DRC foi transferido para a Universidade de Delaware .

Agentes destrutivos externos não são mais a causa; a chave da questão está, agora, nas dimensões do interior da comunidade. Mais especificamente na *vulnerabilidade*. No segundo paradigma, os desastres são como a expressão da vulnerabilidade social (resultado de um processo social). E os perigos são ampliados

² Disaster Research Center disponível em: <https://www.drc.udel.edu/>. Acesso: maio de 2017.

pela organização da sociedade ou, ainda, pela estrutura social dos riscos (DOWBROWSKY, 1995).

O terceiro paradigma: Desastres e a incerteza

Em ambas as abordagens anteriores, os estudos empíricos tornaram-se bastante tradicionais. Pesquisar sobre desastres esteve, durante muito tempo, dependente ao evento empírico em si. A consequência dessa tradição foi um certo esvaziamento conceitual. O que fez Quarenteli (2005), nos seus textos escritos nos anos noventa, apontar para a estagnação dos estudos sobre desastres por conta da falta de estrutura teórica do campo.

Os *Disaster Studies* devido a: 1) complexidade e heterogeneidade do próprio conceito chave (desastres); 2) da diversidade de áreas que tratam sobre o tema; 3) pela tradição limitada pelo empirismo, que se estabeleceu também por conta dessa deficiência conceitual em encontrar um mínimo de clareza quanto ao termo; 4) e o baixo financiamento a pesquisas básicas e abstratas, portanto, maior estímulo para pesquisas aplicadas no contexto acadêmico norte-americano que se desenvolveram; foram os fatores determinantes para a dificuldade de estabelecer e consolidar conceitos fundamentais para as pesquisas produzidas.

O consenso aspirado pelos últimos textos de Quarenteli não está na homogenização das abordagens sobre desastres, mas na busca de maior maturidade intelectual que garanta a possibilidade de uma significativa acumulação de conhecimento sistemático e avanços teóricos. Não limitando os estudos a apenas “*descobertas e observações empíricas de baixo nível*”³. Portanto, garantir que aqueles que se propõem a estudar os desastres estejam minimamente caminhando por um terreno conceitual mais sólido e compartilhado.

Nessa linha de descolar os estudos sobre desastres dos eventos e da realidade empírica, surge o terceiro e mais contemporâneo paradigma. Na terceira onda, o desastre está relacionado com o conceito de *incerteza* e mediado por vários processos de produção de conhecimento. Nessa perspectiva, acidentes podem ocorrer sem crise e

³ *Low-level empirical observations and discoveries* (QUARANTELI, 2005:4)

crises podem ocorrer sem acidentes. Esses estudos abordam sobre as dificuldades na produção e comunicação da informação, considerando a incerteza como um produto da organização e não um fator externo a ela.

As pesquisas tentam dar conta do processo, ocorrido nas sociedades complexas, em que os atores perdem a chave do ponto de vista do senso comum (GILBERT, 2005). Em outras palavras, os atores passam a não possuírem mais a capacidade de definir o desastre pelo que veem (ou a partir de maneiras tradicionais de compreensão).

Nesse horizonte teórico, a linguagem e o significado são fundamentais para conceituar o ambiente; e o desastre não é mais definido somente como um fenômeno físico/natural/objetivo, mas passa a ser considerado um fenômeno que é, ao mesmo tempo, simbolicamente criado e socialmente interpretado.

A análise contemporânea de Robert Stallings (1994) sobre o problema sísmico na sociedade americana, marca a ruptura com o objetivismo tradicionalmente preponderante em ambas perspectivas clássicas (Relatório LNEC, 2010). Os desastres como processos naturais passam, inevitavelmente, por processos sociais de atribuição de sentido – como a sensibilização pública, reconhecimento institucional e produção de informação – para se materializar como um “problema ambiental”.

Stallings está preocupado em demonstrar como as instituições e a comunidade científica atuam na construção de determinados fenômenos. Semelhante aos estudos desse sociólogo, o conceito de *amplificação social do risco* de Roger Kasperson (1992), propõe que uma ameaça objetiva não é simplesmente um fato, mas é também uma experiência social e cultural.

Seu trabalho tenta compreender os processos políticos e psicológicos para que um risco ou um evento extremo tenha mais visibilidade que outro, transcendendo a explicação objetiva e investigando como as pessoas adquirem informação, se comunicam e percebem o risco.

Stallings denomina como “*earthquake establishment*” os engenheiros, geólogos e sismólogos oriundos de universidades e de agências governamentais que participam das dinâmicas de definição e avaliação do desastre. À luz da proposta de Kasperson,

estes processos são estações de amplificação do risco em que a população é passiva na promoção do risco sísmico enquanto problema público.

A complexidade do conceito de desastres

Podemos fazer referência a um desastre proferindo palavras como catástrofe, tragédia ou calamidade. No plano conceitual e na literatura especializada, o desastre pode assumir conceitos como *evento extremo*, *evento adverso*, *evento crítico*; É comum que o conceito de desastres esteja intimamente relacionado com os conceitos de *risco*, *incerteza*, *perigo*, *caos*.

Desastres consistem em processos de desordem, ruptura, desestruturação (com ou sem acidentes). É possível medi-lo pelo número de perdas humanas, perdas econômicas e materiais. Os parâmetros alternam a partir de mais de 25 mortes ou 100 mortes. Mais de 1000 atingidos ou perdas econômicas que ultrapassem a cifra de 1 milhão de dólares (LOPEZ-IBOR, 2005).

O parecer sobre um evento desse tipo há chance de ser concedido por um engenheiro, um físico ou geólogo no campo das ciências exatas. Nas ciências humanas, um psicólogo propõe um estudo sobre impactos psicológicos após um evento traumático, e um sociólogo trabalha as dimensões sociais a partir da ocorrência desse mesmo evento. É possível ler sobre o assunto em um artigo acadêmico, em um manual dedicado à administração pública, em um livro de literatura ou em uma reportagem de jornal.

Um desastre pode ter origem tecnológica, natural, social, híbrida. Pode ser um desastre climático, geológico, hidrológico, tectônico. Um vulcão, uma inundação, um ciclone ou um alagamento. Os eventos podem estar alternados com um terremoto seguido por um tsunami e um acidente nuclear⁴ ou, ainda, um grande incêndio⁵. Indo mais longe, um desastre pode ser uma crise econômica, as consequências de uma guerra, epidemias...

⁴ Como foi o caso do Desastre de Fukushima no Japão em 2011.

⁵ Como o primeiro desastre Moderno em Liboa, Portugal em 1755.

Os estudos sobre desastres precisam aceitar a conviver com a inescapável complexidade do termo. Complexo apesar do seu alcance, tendo em vista que não se limita às definições do mundo técnico e científico e transita entre o vocabulário ordinário, a literatura, a mitologia e a política. Dificilmente falamos a palavra “desastre” sem que o interlocutor tenha alguma noção sobre o assunto.

Definir o que é um desastre não é um exercício semântico, mas uma disputa conceitual que não depende só dos técnicos. Uma disputa que também pode ser política quando, na Modernidade, instituições passam a disputar o direito de defini-los e interpretá-los (DAHLBERG, RUBIN, VENDELO, 2005).

Nessa perspectiva, os estudos sobre desastres buscam entender as dificuldades em torno da produção na comunicação da informação, considerando a incerteza como um produto da produção de conhecimento nas sociedades complexas e não como um fator externo a ela.

Dessa forma, as pesquisas que tentam relacionar os desastres com as ações de produção de informação, tentam dar conta do processo ocorrido nas sociedades complexas em que os atores perdem a chave do ponto de vista do senso comum (GILBERT, 2005). Em outras palavras, quando os atores passam a não possuírem mais a capacidade de definir o desastre pelo o vêem (ou a partir de maneiras tradicionais de compreensão).

Nesse horizonte teórico, a linguagem e o significado são fundamentais para conceituar o ambiente; e o desastre não é mais definido somente como um fenômeno físico/natural/objetivo, mas passa a ser considerado um fenômeno que é, ao mesmo tempo, simbolicamente criado e socialmente interpretado.

Porque relacionar desastres e informação é importante

De controvérsias científicas a relatórios burocráticos, na Modernidade, o Estado Nacional representa um tipo de organização social que existe a partir da dependência da produção da informação que estrutura o poder administrativo (GIDDENS, 1991) ou melhor, torna a administração possível.

O ato de conhecer e produzir informação ocorre a partir de fluxos entre diversos atores e instituições. Não é apenas a ciência que produz informação e a complexidade não se trata apenas de controvérsias científicas e divergências entre técnicos peritos.

Calcular o impacto das perdas econômicas, o número de afetados, a magnitude do evento ocorrido, emitir alertas e avisos à população sobre medidas de segurança, conhecer as áreas de risco para coordenar ações de resgate, tirar fotos dos impactos, solicitações oficiais para recrutamento de servidores, realizar contratos de emergência, reunir todas essas informações em um relatório para pedir recursos financeiros ou, simplesmente, saber o telefone celular do servidor responsável pela liberação de uma retroescavadeira.

Esses são alguns exemplos de necessidades que desenham as portas das rotas de fuga abertas somente pela chave da informação. Não se trata de uma simples ferramenta usada pelos tomadores de decisão no poder administrativo. O poder advém da informação e a informação é legitimada pelo poder.

Porém, esse não é um processo ordenado, homogêneo e centralizado. A informação não é só complexa e fragmentada por ser produzida por diferentes propósitos; nem mesmo se trata do fato de ser, por vezes, demasiadamente técnica. A complexidade está nos fluxos não lineares (PARKER, STACEY, 1995) da sua comunicação por mais que a racionalidade dos planejamentos criem uma expectativa utópica de lineareidade e simetria nos caminhos da informação. Um cenário talvez inatingível onde todas as instituições se articulam harmoniosamente a fim de fazer a máquina pública funcionar.

Lidar com o risco e com o desastre passa pelo ato de conhecer, formalizar, protocolar e institucionalizar. A articulação entre o conhecimento científico e os tomadores de decisão contempla uma tentativa de fazer da informação o maestro que rege os setores e sujeitos que compõem a administração pública. Sujeitos que, em teoria, deveriam estar orquestradas para lidar com todas as esferas do caótico tecido urbano. É, portanto, o principal código que garante a manutenção da unidade do Estado e que define hierarquias .

Uma área de risco não se reduz à condição de suscetibilidade da natureza ou, ainda, uma consequência da ação do homem na natureza. É construída, também, pela sua classificação oficial, pela setorização, o mapeamento nos planos municipais, os processos jurídicos e no conteúdo dos bancos de dados.

A ocorrência de um desastre por si só não produz reconhecimento do evento por parte do Estado. Uma série de procedimentos são necessários (fotos, relatórios, assinaturas, dados) para o entendimento do poder central.

Considerações Finais

Portanto, uma área de risco não se reduz a condição de suscetibilidade da natureza ou, ainda, uma consequência da ação humana na natureza. É construída, também, pela sua classificação oficial, pela setorização, o mapeamento nos planos municipais, os processos jurídicos e no conteúdo dos bancos de dados.

Lidar com o risco e com o desastre passa pelo ato de conhecer, formalizar, protocolar e institucionalizar; e articulação entre o conhecimento científico e os tomadores de decisão contempla uma tentativa de fazer da informação o maestro que rege os setores e sujeitos que compõem a administração pública.

Os primeiros estudos sobre os desastres estiveram bastante relacionados a demandas do Estado e aos contextos de pós o período de guerras mundiais e a ameaça global de um conflito nuclear. Nessa perspectiva o desastre é considerado sempre uma ameaça imputada por uma agente destrutivo e externo, podendo ser desde um conflito armado até um desastre aéreo.

A partir da segunda perspectivas do estudos sobre os desastres, o elemento social e cultural entra em jogo, e as questões envolvendo a vulnerabilidade social e a construção coletiva sobre as ameaças e os traumas, assim como a adaptabilidade das comunidades tornam-se objeto de estudos dos pesquisadores.

Apesar da dificuldade de definir uma base conceitual para o campo de pesquisas, os estudos mais recentes tentam desassociar o conceito de desastres da catástrofe,

explorando de maneira complexa e polissêmica os processos de produção de conhecimento e informação sobre os desastre no mundo contemporâneo.

Portanto, esse trabalho buscou trazer um mapeamento geral sobre as duas escolas mais tradicionais dos *Disasters Studies* e algumas possibilidades de explorar a Sociologia dos Desastres a partir de pesquisas dedicadas a explorar os processos de produção de conhecimento, informação e governança nas sociedades complexas.

Referências

DAHLBERG, Rasmus; RUBIN, Olivier; VENDELO, Morten Thanning. **Disaster Research: Multidisciplinary and International Perspectives**; Routledge: England, 2005

Disaster Research Center. Disponível em: <https://www.drc.udel.edu/>.

DOWBROWSKY, 1995. Again and Again: Is a Disaster What We Call “Disaster”? Some Conceptual Notes on Conceptualizing the Object of Disaster Sociology. In: **International Journal of Emergence and Disaster**. November, 1995. Vol. 13, n.3. pag. 241-254

DYNES, Russell R., “The Dialogue between Voltaire and Rousseau on the Lisbon Earthquake: The Emergence of a Social Science View,” **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**. Ed. 18, no. 1 (2000)

FLEURY, L.; ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A; O ambiente como uma questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35. p. 34-82, 2014.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

GILBERT, C. Studying Disasters: Changes in main the conceptual tools. In: **What is a Disaster?**. Routledge: England, 2005

KASPERSON, R.S. **The Social Amplification of Risk: progress in developing an integrative framework**. Clark University, 1992.

LOPEZ-IBOR, José. What is a Disaster?. In: **Disasters and Mental Health**. Wiley: Inglaterra, 2005

PRINCE, Samuel Henry Prince. **Catastrophes and Social Change**. Columbia: NY, 1920

PARKER, D. STACEY, R. **Caos Administração e Economia. As implicações do pensamento não-linear**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

QUARANTELI, E.L. **What is a Disaster?: A Dozen Perspectives on the Question**. Routledge: England, 2005

QUARANTELLI, E.L. [org.], **What is a Disaster? Perspectives on the Question**. Delaware University, 1986.

Relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. CIÊNCIAS SOCIAIS, RISCO E DESASTRE. Apontamentos teóricos e breves notas sobre o caso do LNEC. Disponível em:

http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/bitstream/123456789/1001508/3/Rel%20434_10.pdf

STALLINGS, R. **Disaster and the theory of social order**. University of California, 1994.

WHITE, Gilbert, KATES, Robert; BURTON, Ian. Knowing better and losing even more: the use of knowledge in hazards management. In: **Environmental Hazards**.v.3 (2001) pág. 81–92, 2002.

